

# *Superior Tribunal de Justiça*

**RECLAMAÇÃO Nº 39.022 - GO (2019/0297310-2)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**RECLAMANTE : LAYS CAETANO ROSA**  
**ADVOGADO : MARCOS PAULO MACEDO MESQUITA - GO041860**  
**RECLAMADO : TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO ESTADO DE GOIÁS**  
**INTERES. : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.**  
**ADVOGADOS : DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA - GO037214**  
**CLEICY FERREIRA PIRES DE FREITAS - GO025487**

## **DESPACHO**

A parte apresentou documento comprobatório do deferimento da gratuidade de justiça na origem (fl. 248).

Segundo entendimento do STJ, "a concessão da assistência judiciária gratuita, por compor a integralidade da tutela jurídica pleiteada, comporta eficácia para todos os atos processuais, em todas as instâncias, alcançando, inclusive, as ações incidentais ao processo de conhecimento, os recursos, as rescisórias, assim como o subsequente processo de execução e eventuais embargos à execução, independentemente de novo pedido" (AgRg nos EAREsp n. 86.915/SP, relator Ministro Raul Araújo, Corte Especial, DJe de 4/3/2015).

Dessa forma, **distribua-se o presente feito independentemente do transcurso do prazo.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

**MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**

Presidente